

PREFÁCIO

Hoje reconhece-se a Educação Pré-Escolar como a primeira fase da Educação Básica, num percurso de aprendizagem ao longo da vida, em complemento e colaboração estreita com a acção educativa da família, com vista ao desenvolvimento global e equilibrado das crianças.

A Educação Pré-Escolar teve na última década um significativo desenvolvimento no nosso País. A publicação da nova Lei Quadro para o sector (Lei n.º 5/97), a definição e publicação das Orientações Curriculares, a expansão das redes pública e privada e o apoio à formação inicial e contínua de educadores de infância, são exemplos de mudanças recentes com efeitos positivos relevantes no sistema educativo português.

A promoção do crescimento e qualificação da rede social de Ensino Pré-Escolar, em articulação com as autarquias locais, as instituições privadas de solidariedade social e a iniciativa privada, é uma das medidas da política educativa do actual Governo – tal como se enuncia no seu Programa e nas Grandes Opções do Plano para 2003 – com vista a atingir taxas de cobertura média de 90% no que respeita ao grupo etário abrangido pela Educação Pré-Escolar (3-5 anos).

Para o caminho que falta percorrer neste sector importa, porventura, dar particular atenção à formação dos respectivos docentes, na linha dos objectivos definidos a nível da União Europeia, nomeadamente, através da identificação das competências a desenvolver pelos educadores de infância, tendo em conta a evolução do seu papel na sociedade do conhecimento e numa perspectiva de educação ao longo da vida. Além disso, a expansão da rede de Educação Pré-Escolar para crianças de idade inferior a 3 anos deverá merecer igualmente especial atenção das autoridades educativas.

A importância atribuída à Educação Pré-Escolar na redução de desigualdades sociais, no desenvolvimento integral das crianças e na sua boa integração no sistema escolar durante a Educação Básica e Secundária, é razão suficiente para justificar os esforços do executivo, das autarquias, das instituições particulares de solidariedade social, da iniciativa privada, dos profissionais e das famílias, para que se garantam ambientes

educacionalmente ricos e estimulantes nos primeiros anos de vida das nossas crianças.

Em consonância com tais preocupações e princípios, o Conselho Nacional de Educação procurou, no ano 2000, garantir a realização de um estudo – Situação do Ensino Básico em Portugal – no qual se começava por reconhecer a importância da intervenção neste nível do Sistema Educativo e a necessidade de promover o combate à exclusão, particularmente através de oportunidades educativas que limitem assimetrias regionais, desigualdades sociais, disparidades de meios humanos e de recursos materiais.

O estudo “Educação de Infância e Questões de Equidade”, a cargo de uma equipa da Escola Superior de Educação de Lisboa – Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais (CIED), coordenada pela Professora Teresa Vasconcelos, corresponde à componente de Educação Pré-Escolar do Projecto “Situação do Ensino Básico em Portugal” e foi realizado com um apoio que deve reconhecer-se à Fundação Calouste Gulbenkian.

O Conselho Nacional de Educação tem dado particular ênfase às questões relativas à Educação Pré-Escolar, contribuindo, a seu modo, para alguns dos desenvolvimentos experimentados na última década.

Em 1994, o Conselho emitiu o Parecer “A Educação Pré-Escolar em Portugal”, a que se seguiram os Pareceres “A Expansão da Educação Pré-Escolar – Análise de um Projecto de Decreto-Lei do Ministério da Educação”, em 1995, e sobre a “Proposta de Lei Quadro da Educação Pré-Escolar”, em 1996.

O Estudo que agora se publica reconhece a importância do primeiro dos Pareceres mencionados, e, situando-o na conjuntura que então se vivia, consigna: “O referido Parecer (Parecer n.º 1/94), teve um papel histórico pois, elaborado após amplo processo de consulta a profissionais, investigadores e serviços, foi muito bem aceite na opinião pública. Recomendava que o Estado, para além de apoiar financeiramente a Educação Pré-Escolar, desempenhasse, em conjunto com as autarquias, um papel mais decisivo no processo de desenvolvimento do sistema de

Educação Pré-Escolar. Esta conjuntura trouxe a Educação Pré-Escolar para o debate público e para a agenda política, tornando-a motivo de interesse nacional”.

Os outros dois Pareceres, também citados, prosseguiram e aprofundaram o caminho encetado. Mas convirá não esquecer que o interesse do CNE pela Educação Pré-Escolar, esteve presente desde as origens do próprio Conselho, e continuou até hoje. Evoquem-se, a este propósito, os Pareceres elaborados, logo em 1989, sobre formação inicial e contínua de educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário, e as frequentes referências à Educação Pré-Escolar, mormente em relação com a temática da aprendizagem ao longo da vida.

O Estudo agora publicado procede a uma elucidação preliminar e fundamentada sobre os conceitos que o norteiam. Assim sucede, nos capítulos iniciais, com os conceitos de educação de infância e suas funções, e com os de equidade e equidade na educação que são considerados em si mesmos, nas suas mútuas implicações, e ainda relacionados com as temáticas da exclusão social e da interculturalidade.

Pretendeu-se, com este Estudo, efectuar uma análise do processo de expansão e desenvolvimento da rede de educação de infância (0-6 anos) a nível nacional e realizar um Estudo de Caso centrado numa freguesia periférica da área da Grande Lisboa, com incidência etnográfica em quatro estruturas-tipo de educação de infância.

Depois de apresentarem uma perspectiva histórica da educação de infância em Portugal e de caracterizarem a evolução recente e a situação actual das estruturas de apoio às crianças no nosso País, as autoras procuram identificar as tendências e prospectivas de evolução nesta área.

O referido Estudo de Caso que, em última análise, é um estudo de quatro casos dentro do “Caso”, inicia-se com a descrição histórica e de levantamento das características actuais da freguesia seleccionada, seguida de uma espécie de múltiplo “zoom” sobre quatro estabelecimentos de educação e cuidados para a infância aí existentes.

Esta abordagem permite um conhecimento minucioso e um estudo comparativo das instituições, à luz de diferentes níveis de observação (escola e sala de aula) e de um conjunto de indicadores de equidade (entrada, percurso, saída) previamente identificados.

Tal percurso deu azo a um conjunto de recomendações que as autoras agrupam em diversos níveis – da política à organização escolar, do trabalho pedagógico à formação e investigação, por exemplo.

Entre as recomendações enunciadas permito-me relevar a necessidade de se cuidar da ligação entre as estruturas de atendimento das crianças dos 0 aos 3 anos e dos 3 aos 5 anos e de se orientar a formação dos educadores e formadores na perspectiva do trabalho em equipa, do estabelecimento de lideranças intermédias e do desenvolvimento de parcerias com os pais dos alunos e instituições da comunidade.

Em suma: estamos face a uma obra que, combinando a reflexão teórica, a pesquisa documental e o trabalho empírico, nos propicia um novo olhar sobre a Educação de Infância em Portugal. De todo modo, pelo seu alcance e metodologia, acaba por se projectar e iluminar outras áreas do terreno educativo, contribuindo, assim, para o melhor conhecimento e equacionamento dos problemas e desafios com que nos confrontamos neste domínio.

A obra que ora se publica corresponde ao desafio inicial colocado à sua primeira autora e à sua equipa de investigação. Este facto dá inteira razão à então Presidente do CNE, Prof. Doutora Teresa Ambrósio, que, em 2000, solicitou a realização do Estudo à Fundação Calouste Gulbenkian, a qual garantiu os necessários apoios à sua concretização. E justifica também que o actual Presidente do CNE, Prof. Doutor Manuel Porto, tenha dado o seu aval e inteiro apoio à publicação desta obra, na perspectiva da relevância que confere à consolidação e desenvolvimento da educação de infância em Portugal.

Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

Manuel I. Miguéns